

PADRE ANTÓNIO VIEIRA
E A CULTURA
PORTUGUESA¹

Maria Raquel Andrade
Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias

Uma abordagem admirável da mundividência universalista e do pensamento providencialista e messiânico do Padre António Vieira, este ensaio vindo a lume em 2008, ano da comemoração do quarto centenário do nascimento do grande Jesuíta português e da autoria de um dos maiores e mais assíduos estudiosos da nossa Cultura.

O autor, Miguel Real, filósofo, romancista, generoso e empenhado estudioso dos mais variados autores portugueses, trata, logo no título, de clarificar conceitos, pela atribuição (na linha de Fernando Pessoa) de *cultura portuguesa* ao velho conceito vieirino do *reino de Portugal*. Na verdade, Miguel Real apresenta, desde logo, com admirável lucidez, esta associação sincrética da dimensão nacionalista e providencialista de Vieira com a vertente cultural, ética e universalista de Pessoa para quem a língua e a cultura constituem o primado espiritual do povo português.

Num discurso denso e rico em conceptualização do domínio do esotérico, Miguel Real estrutura a sua obra em duas partes fundamentais: *Vieira - o Heterodoxo: 1616-1666* (pp. 27-253), para analisar um período de 50 anos em que o eminente orador e embaixador de Portugal e da língua portuguesa encetou e afirmou «um dos mais importantes veios nervosos da cultura portuguesa – o Providencialismo» (p. 16), contra interesses políticos e sociais instalados, contra a Inquisição e até contra a Igreja Católica. Esta é a fase em que, na expressão de Miguel Real, se manifesta no insigne orador e profeta, uma «explosão de imaginação, de excitação criadora, de inspiração religiosa, de força missionária e militante» (p. 12), revelando, nos últimos anos deste período, uma insistente tendência esotérica muito próxima do messianismo judaico e que lhe vale a condenação do Santo Ofício, em 1663. Nada mais eloquente para o provar, na subida opinião de Miguel Real, que a célebre carta de Vieira, *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, Primeira e Segunda Vida de El Rei D. João IV*, escrita em 1659, ao bispo eleito do Japão, André Fernandes, e cuja dimensão profética tem já, segundo o ensaísta, mais a ver com o Quinto Império e a expectativa da redenção do mundo, anunciado para o ano de 1666, do que com a intriga política do reino e dos governos de D. Afonso VI/Conde de Castelo Melhor e de D. Pedro II.

Na verdade, Miguel Real apresenta e analisa com extraordinário rigor e escurrita isenção, a evolução política e social da 2.^a metade do séc. XVII, não deixando de abordar,

1 Miguel Real, Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa, Lisboa, Quidnovi, 1.^a Edição, 2008.

subtilmente, a história da mentalidade seiscentista e a luta vigorosa de Vieira contra a temerosa instituição que moldou o espírito barroco de Seiscentos. Num capítulo aparte, o último desta primeira parte do ensaio, detém-se particularmente sobre 1660, momento em que Vieira tem em vista consolar a rainha viúva, profetizando a ressurreição do rei D. João IV, e embatendo contra o pragmatismo político daqueles reinados, na sequência do qual é forçado a alhear-se da conjuntura política do reino.

Dá-nos, então, Miguel Real a conhecer um Vieira menos vigoroso, quase submisso, dominado pela poderosa instituição que é o Santo Ofício, no Portugal barroco, enfraquecido pela intriga política e pelo fanatismo religioso.

O ensaísta analisa, subtilmente, com detalhe e viva acutilância, ora o envolvimento do grande missionário na vida política do reino, no reinado de D. João IV, ora o seu afastamento forçado, durante os reinados que se seguem ao do Restaurador, entre 1663-1667, na prisão do Santo Ofício, em Coimbra, ora em Roma, nos anos que se seguem, fazendo sobressair, primeiro, a dimensão messiânica e nacionalista do grande orador, que vai também mudando, segundo Miguel Real, e, depois, gradualmente, a vertente universal e a veia profética do eminente orador ganha, na opinião do ensaísta, um cunho de providencialismo em que mergulham brilhantes estudiosos portugueses, que o reabilitam. Miguel Real faz intervir Hernâni Cidade, Margarida Vieira Mendes, para ilustrar esta tese, embora outros d – caso de António José Saraiva e Óscar Lopes – o denunciem pelas contradições em que a sua actividade de pregador o faz cair.

Como quer que seja, é a utopia de Vieira que Miguel Real enfatiza, nesta 1.^a parte, assim como o seu profetismo e messianismo político e religioso, para não falar dos seus dotes de sublime orador, apoiando-se sempre na *autoritas* de eminentes estudiosos deste período conturbado da História de Portugal, que o ensaísta domina com notável versatilidade.

Depois, o autor passa, numa segunda parte – *Vieira – o Ortodoxo: 1667-1697*, (pp. 253-298) – à análise de um período de 30 anos, em que o grande pensador católico continua a empreender a busca esotérica de um sentido messiânico e, simultaneamente, o encontro, a identificação com uma nova ordem cultural e espiritual, resultado, quiçá, da insatisfação em que a sordidez e a corrupção do reinado de Afonso VI lançou o reino. E, agora, «descrente da ressurreição de D. João IV» (p. 257), é, paradoxalmente, o mesmo e um novo sentido que imprime à sua busca: D. Afonso VI é o verdadeiro Encoberto. Porém, também esta profecia se revela um estrondoso erro. Depois, em 1688, sempre num afã de anunciar a descoberta do verdadeiro Encoberto, profetiza a vinda de D. Pedro II que se revela, igualmente, uma utopia do grande visionário. Longe vai o tempo da sua estadia na prisão do Santo Ofício e, por isso e por ter abandonado o seu intenso heretismo da 1.^a fase, Miguel Real apresenta-nos um Padre António Vieira que «não desanima (...) A eloquência serve-lhe de suporte» (p. 259), na busca da identificação de um Novo Encoberto, desta vez, o príncipe D. João, recém-nascido, em 1695.

Finalmente, ao entregar-se à escrita, em latim, da *Clavis Prophetarum*, de que banuiu todos os aspectos relacionados com as teses reprovadas pelo Tribunal da Inquisição, empreende a busca de uma dimensão providencialista Universal, a de um Reino Universal

do Reino de Cristo. Evidenciando uma abrangência ímpar, no domínio deste período, e de mãos dadas com uma inegável espessura, Miguel Real serve-se de estudos de inachanos célebres como os de António Lopes, SJ. para o fundamentar, patenteando uma densidade e um ecletismo insuperáveis, no que se refere ao pensamento do P.e António Vieira.

O autor debruça-se sobre esta «constante busca de actualização de identificação da figura do Encoberto» (p. 260) para concluir que, nesta fase final da sua vida, o grande orador continua a acreditar na tese de Bandarra e no Quinto Império por ele profetizado na 1.ª fase, procurando, no entanto, silenciá-la para fugir à repressão da Igreja Católica, e apresenta, em sua substituição, a tese do Império Universal do Reino de Cristo Consumado na Terra, por certo menos nacionalista, mais universal que aquela, mas eivada do mesmo profetismo e providencialismo. O autor recorre, então, a várias autoridades da cultura portuguesa, para fundamentar a sua síntese final: Maria Leonor Carvalhão Buescu, Arnaldo Espírito Santo, Raymond Cantel, Eduardo Franco, António Lopes, SJ. Mas é essencialmente a tese deste último para quem a *Clavis Prophetarum* traduz o grande sonho de Vieira, «o pensamento universal do amor cristão, englobador e unificador de raças, religiões, povos reinos e indivíduos, mas sobretudo o pensamento jesuíta: Roma, como centro do mundo e o Papa como sua figura máxima, tudo e todos a ambos se submetendo». (p. 265) que Miguel Real faz valer, como ponto culminante da evolução do pensamento do grande orador que Fernando Pessoa designou de «Imperador da Língua Portuguesa».

Um ensaio que se impõe pela sua densidade, espessura e ecletismo e pela genuína paixão com que Miguel Real trata os grandes temas da Cultura Portuguesa, este ***Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa.***